

No. 28955

**NEW ZEALAND
and
PORTUGAL**

Exchange of letters constituting an agreement on the abolition of visas. Lisbon, 18 November 1987

Authentic texts: English and Portuguese

Registered by New Zealand on 28 May 1992.

**NOUVELLE-ZÉLANDE
et
PORTUGAL**

Échange de lettres constituant un accord relatif à la suppression de visas. Lisbonne, 18 novembre 1987

Textes authentiques : anglais et portugais.

Enregistré par la Nouvelle-Zélande le 28 mai 1992.

EXCHANGE OF LETTERS CONSTITUTING AN AGREEMENT¹ BETWEEN THE GOVERNMENT OF NEW ZEALAND AND THE GOVERNMENT OF PORTUGAL ON THE ABOLITION OF VISAS

I

LISBON, PORTUGAL

18 November 1987

Your Excellency,

I have the honour to refer to recent discussions between representatives of our two Governments concerning arrangements to facilitate tourist, cultural and trade exchanges and foster relations between our two countries. Accordingly, I suggest that a visa Agreement in the following terms be concluded between the Government of New Zealand and the Government of Portugal.

1 New Zealand citizens, who bear valid New Zealand passports and who enter Portugal for business or tourist purposes for a period of not more than 3 months and who do not take up any form of gainful employment or occupation in Portugal, shall not be required to obtain visas in advance.

2 New Zealand citizens who wish to enter Portugal, and who are not entitled to exemption in terms of the preceding paragraph, shall be subject to the requirements of Portugal concerning visas.

¹ Came into force by the exchange of letters, with effect from 1 January 1988, in accordance with the provisions of the said letters.

3 Portuguese citizens, who bear valid Portuguese passports and who enter New Zealand for business or tourist purposes for a period of not more than three months and who do not take up any form of gainful employment or occupation in New Zealand, shall not be required to obtain visas in advance.

4 Portuguese citizens who wish to enter New Zealand, and who are not entitled to exemption in terms of the preceding paragraph, shall be subject to the requirements of New Zealand concerning visas.

5 The foregoing shall not exempt Portuguese citizens entering New Zealand and New Zealand citizens entering Portugal from their obligation to observe the laws and regulations in force in New Zealand and Portugal respectively regarding the entry, residence (whether temporary or permanent), employment or occupation, and exit of foreigners.

6 Citizens of either country who bear valid diplomatic or official passports, and who are assigned to the diplomatic and consular service in the other country or who come to the other country on official business on behalf of their Government shall not require a visa.

7 The foregoing provisions shall not restrict the appropriate authorities in New Zealand or Portugal from denying entry into their territories of any persons they may consider undesirable or from temporarily suspending this Agreement for reasons of public order, health or security.

8 In this Agreement the term "New Zealand" where used as a territorial description does not include the Cook Islands, Niue or Tokelau.

9 This Agreement shall enter into force on 1 January 1988 and shall remain in force until 30 days after the date on which either party notifies the other in writing of its desire to terminate the Agreement.

If the foregoing terms are acceptable to the Government of Portugal, I have the honour to propose that this letter and your reply thereto should constitute an Agreement between our two Governments.

Accept, Your Excellency, the assurances of my highest consideration.

[Signed]

C. MOYLE

Minister of Agriculture and Fisheries

Dr. Manuel Filipe Correia de Jesus
Secretary of State of the Portuguese Communities
Lisbon

II

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO
DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

Lisboa, 18 de Novembro de 1987

Excelência,

Tenho a honra de acusar a recepção da carta de Vossa Excelência, datada de hoje, cujo texto na versão portuguesa é do seguinte teor:

"Tenho a honra de me referir às recentes conversações entre representantes dos nossos dois Governos, com vista a facilitar as trocas turísticas, culturais e comerciais e incrementar as relações entre os nossos dois países. Assim, proponho que seja concluído entre o Governo da Nova Zelândia e o Governo de Portugal um Acordo sobre Vistos nos seguintes termos:

1 - Os cidadãos da Nova Zelândia, munidos de passaportes neo-zelandeses válidos que se dirijam a Portugal em viagem de negócios ou turismo por um período que não exceda 3 meses e que não pretendam exercer qualquer emprego ou ocupação lucrativa em Portugal, não necessitarão de obter vistos antecipadamente.

2 - Os cidadãos da Nova Zelândia que desejem entrar em Portugal e que não estejam isentos de visto nos termos do parágrafo anterior, ficarão sujeitos às formalidades portuguesas em matéria de vistos.

3 - Os cidadãos portugueses, munidos de passaportes portugueses válidos que se dirijam à Nova Zelândia em viagem de negócios ou turismo por um período que não exceda 3 meses e que não pretendam exercer qualquer emprego ou ocupação lucrativa na Nova Zelândia, não necessitarão de obter vistos antecipadamente.

4 - Os cidadãos portugueses que desejem entrar na Nova Zelândia e que não estejam isentos de visto nos termos do parágrafo anterior, ficarão sujeitos às formalidades neo-zelandesas em matéria de vistos.

5 - O que antecede não isenta os cidadãos portugueses que se dirijam à Nova Zelândia nem os cidadãos neo-zelandeses que se dirijam a Portugal da obrigação de observarem as leis e regulamentos em vigor respectivamente na Nova Zelândia e em Portugal e respeitantes à entrada, residência (temporária ou permanente), emprego ou ocupação e saída de estrangeiros.

6 - Os cidadãos de qualquer dos dois países que sejam portadores de passaportes diplomáticos ou oficiais válidos e que estejam nomeados para prestar serviço diplomático ou consular no outro país ou que venham ao outro país em viagem oficial em representação dos seus Governos, não necessitarão de visto.

7 - O que antecede não impedirá as autoridades competentes na Nova Zelândia ou Portugal de recusar a entrada nos seus territórios a quaisquer pessoas que possam considerar indesejáveis ou de suspender temporariamente o presente Acordo por razões de ordem pública, saúde ou segurança.

8 - Neste Acordo, o termo "Nova Zelândia" quando usado como uma descrição territorial não inclui as Ilhas Cook, Niue nem Tokelau.

9 - O presente Acordo entrará em vigor em 1 de Janeiro de 1988 e permanecerá em vigor até 30 dias depois da data em que qualquer das partes notifique a outra por escrito do seu desejo de denunciar o Acordo.

Se os termos precedentes forem aceitáveis para o Governo português, tenho a honra de prôpor que a presente carta e a resposta de Vossa Excelência constituam um Acordo entre os nossos dois Governos

Queira Vossa Excelência aceitar os testemunhos da minha mais alta consideração".

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que as disposições que precedem merecem a concordância do Governo português e de confirmar que a carta de Vossa Excelência e a presente resposta constituirão um Acordo entre os dois Governos sobre esta matéria, que entrará em vigor em 1 de Janeiro de 1988.

Aproveito a oportunidade para manifestar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, a minha mais elevada consideração.

[Signed — Signé]

MANUEL FILIPE CORREIA DE JESUS
Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas

A Sua Excelência Colin Moyle
Ministro da Agricultura e Pescas
da Nova Zelândia

II

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS
OFFICE OF THE SECRETARY OF STATE OF THE PORTUGUESE COMMUNITIES

Lisbon, 18 November 1987

Sir,

I have the honour to acknowledge receipt of your letter of today's date, which in Portuguese reads as follows:

[See letter I]

I have the honour to inform you that the foregoing terms are acceptable to the Portuguese Government and to confirm that your letter and this reply shall constitute an Agreement between our two Governments on this question, to enter into force on 1 January 1988.

Accept, Sir, etc.

MANUEL FILIPE CORREIA DE JESUS
Secretary of State of the Portuguese Communities

His Excellency Mr. Colin Moyle
Minister of Agriculture and Fisheries
of New Zealand

[TRADUCTION — TRANSLATION]

ÉCHANGE DE LETTRES CONSTITUANT UN ACCORD¹ ENTRE LE
GOUVERNEMENT DE LA NOUVELLE-ZÉLANDE ET LE GOU-
VERNEMENT DU PORTUGAL RELATIF À LA SUPPRESSION
DE VISAS

I

Lisbonne, le 18 novembre 1987

Monsieur le Secrétaire d'Etat,

J'ai l'honneur de me référer aux échanges de vues intervenus récemment entre les représentants de nos deux gouvernements au sujet des dispositions propres à faciliter les échanges touristiques, culturels et commerciaux et de promouvoir les relations entre nos deux pays. Je propose en conséquence la conclusion d'un accord, dans les termes ci-après, entre la Nouvelle-Zélande et le Portugal concernant la suppression de visas.

1. Les citoyens néo-zélandais porteurs de passeports néo-zélandais en cours de validité qui entrent au Portugal pour affaires ou à des fins touristiques pour une période de trois mois au plus et qui ne prennent aucun type d'emploi lucratif ou d'occupation rémunérée au Portugal ne seront pas tenus d'obtenir un visa à l'avance.

2. Les citoyens néo-zélandais qui souhaitent entrer au Portugal et qui ne sont pas exemptés de la formalité du visa en vertu du paragraphe précédent seront assujettis aux dispositions en matière de visa en vigueur au Portugal.

3. Les citoyens portugais porteurs de passeports portugais en cours de validité qui entrent en Nouvelle-Zélande pour affaires ou à des fins touristiques pour une période de trois mois au plus et qui ne prennent aucun type d'emploi lucratif ou d'occupation rémunérée en Nouvelle-Zélande ne seront pas tenus d'obtenir un visa à l'avance.

4. Les citoyens portugais qui désirent entrer en Nouvelle-Zélande et qui n'ont pas droit à une exemption en vertu du paragraphe précédent seront assujettis aux dispositions en matière de visa en vigueur en Nouvelle-Zélande.

5. Les dispositions qui précèdent ne dispensent pas les citoyens portugais entrant en Nouvelle-Zélande et les citoyens néo-zélandais entrant au Portugal de l'obligation d'observer les lois et règlements en vigueur en Nouvelle-Zélande et au Portugal respectivement en ce qui concerne l'entrée, le séjour (temporaire ou permanent), l'emploi ou l'occupation et la sortie des étrangers.

6. Les citoyens de l'un et l'autre pays porteurs d'un passeport diplomatique ou officiel en cours de validité et qui sont affectés au service diplomatique ou consulaire de l'autre pays ou qui se rendent dans l'autre pays en mission officielle pour le compte de leur gouvernement n'auront pas besoin de visa.

¹ Entré en vigueur par l'échange de lettres, avec effet au 1^{er} janvier 1988, conformément aux dispositions desdites lettres.

7. Les dispositions qui précèdent n'empêchent pas les autorités compétentes de Nouvelle-Zélande ou du Portugal de refuser l'entrée sur leur territoire à toute personne qu'elles peuvent considérer indésirable ou de suspendre temporairement le présent Accord pour des raisons d'ordre public, de santé ou de sécurité.

8. Dans le présent Accord, l'expression « Nouvelle-Zélande » utilisée pour désigner un territoire n'inclut pas les Iles Cook, Nioué et Tokélaou.

9. Le présent Accord entrera en vigueur le 1^{er} janvier 1988. Il cessera de produire ses effets trente jours après la date à laquelle l'une quelconque des Parties notifiera à l'autre par écrit son désir d'y mettre fin.

Si les termes qui précèdent ont l'agrément du Gouvernement portugais, j'ai l'honneur de proposer que cette lettre et votre réponse constituent un accord entre nos deux gouvernements.

Veuillez agréer, etc.

Le Ministre de l'agriculture
et de la pêche,
C. MOYLE

Monsieur Manuel Filipe Correia de Jesus
Secrétaire d'Etat aux Communautés portugaises
Lisbonne
Portugal

II

MINISTÈRE DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES
CABINET DU SECRÉTAIRE D'ÉTAT
AUX COMMUNAUTÉS PORTUGAISES

Lisbonne, le 18 novembre 1987

Monsieur le Ministre,

J'ai l'honneur d'accuser réception de votre lettre en date de ce jour, dont le texte, dans sa version portugaise, est le suivant :

[Voir lettre I]

J'ai l'honneur de vous faire savoir que les dispositions qui précèdent rencontrent l'agrément du Gouvernement portugais et de confirmer que votre lettre et la présente réponse à celle-ci constitueront un Accord entre nos deux gouvernements, qui entrera en vigueur le 1^{er} janvier 1988.

Veillez agréer, etc.

Le Secrétaire d'Etat
aux Communautés portugaises,
MANUEL FILIPE CORREIA DE JESUS

Son Excellence Monsieur Colin Moyle
Ministre de l'agriculture et de la pêche
de Nouvelle-Zélande
